

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MBA EM AUDITORIA INTEGRAL**

**A EDIÇÃO DA NORMA CONTÁBIL NBC TG 1000 SOBRE AS PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS**

**CURITIBA
2013**

JAIR CONSTANTINO DE OLIVEIRA FILHO

**A EDIÇÃO DA NORMA CONTÁBIL NBC TG 1000 SOBRE AS PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS**

Projeto de pesquisa apresentado à disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica como requisito parcial para a conclusão do Curso de MBA em Auditoria Integral pela Universidade Federal do Paraná, sob a orientação do Prof. MSc Luiz Carlos de Souza.

CURITIBA

2013

“Estamos na situação de uma criancinha que entra em uma imensa biblioteca, repleta de livros de muitas línguas. A criança sabe que alguém deve ter escrito aqueles livros, mas não sabe como. Não compreende as línguas em que foram escritos. Tem uma pálida suspeita de que a disposição dos livros obedece a uma ordem misteriosa, mas não sabe qual ela é.” (Albert Einstein)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus, pelo dom da vida, aos meus pais Sr^o Jair Constantino de Oliveira e a Sr^a Marilene de Oliveira, por estarem sempre ao meu lado, nos momentos de sucesso e tristeza, as minhas irmãs e sobrinhos que tornam a família mais alegre e feliz, em especial a minha namorada Thaís que esteve ao meu lado, compreendeu e colaborou nos momentos que precisei de sua ajuda, com muito carinho e apoio, todos não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao professor MSc Luiz Carlos de Souza, com toda sua experiência e profissionalismo pela grande força e à Prof^a. Márcia Bortolucci Espejo, responsável por todo auxílio na parte que tange as normas e técnicas de pesquisa e também pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

À professora e coordenadora do curso, pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

Em especial a todos os colegas que tornaram nossas aulas mais divertidas.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que fazem parte de minha vida, pais, irmãs, cunhados, sobrinhos e em especial minha namorada, todos eles sempre ao meu lado e sempre a minha disposição nos momentos da minha vida, que me ajudaram nessa luta e com certeza irão me ajudar nos meus próximos objetivos a serem traçados.

RESUMO

Este trabalho buscou tratar a respeito da convergência das Normas Internacionais de Contabilidade, aos padrões brasileiros, em especial a NBC TG 1000, sendo que o foco principal foi a adequação dos escritórios contábeis da cidade de Curitiba, diante dessa norma. Para isso, foi realizado uma pesquisa para saber se os profissionais estão por dentro de tais alterações, haja vista o assunto ser bastante recente, ao mesmo tempo, que existem poucas pesquisas sobre o assunto. Com o aumento da globalização, as empresas de diversos países passaram a elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com o conjunto de normas contábeis internacionais – IFRS –, emitidas pela Organização Internacional de Padrões Contábeis - IASB. No Brasil, a norma entrou em vigor com a NBC TG 1000/11, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC – denominada Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - deliberando que a partir de 1º de janeiro de 2010, estas empresas já se adequassem a esta Norma.

A convergência para as normas internacionais tem sido um grande desafio, principalmente para as pequenas e medias empresas, é importante estudar bem o assunto, antes de adequar as PMEs. Esta pesquisa teve um estudo exploratório a ponto de saber qual o impacto causado pela adequação das mesmas diante de alguns escritórios de grande representatividade na cidade de Curitiba e por se tratar de algo novo ainda é uma dificuldade para os profissionais da área.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
PROBLEMA	9
OBJETIVOS:.....	10
Objetivo Geral:	10
Objetivos Específicos:.....	10
JUSTIFICATIVA	11
NBC TG 1000.....	12
ITG 1000	12
CONTABILIDADE NO BRASIL	13
NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	14
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.....	14
OBJETIVOS E APLICABILIDADE NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.....	17
PRINCIPAIS MUDANÇAS GERADAS PELO CPC PME.....	18
METODOLOGIA:	20
ESTUDO DE CASO	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	29
APENDICE:	30

INTRODUÇÃO

Com as mudanças no cenário contábil, tanto brasileiro quanto mundial, a contabilidade passou a ser vista de uma maneira diferente, sendo mais valorizada.

A contabilidade passou a ser a principal ferramenta para tomada de decisões, com isso foram criadas as normas internacionais, seguindo os padrões americanos, o Brasil aos poucos vai se adaptando a essa nova realidade.

Com este trabalho busca-se estudar de que maneira alguns escritórios de contabilidade na cidade de Curitiba estão se preparando para lidar com tais mudanças.

O mercado de trabalho está cada vez mais exigente e com isso existe a necessidade dos profissionais da área contábil estarem sempre atualizados, isso de certa forma é importante, pois cada vez mais esta profissão está sendo valorizada. Antigamente, tinha-se a visão de que a principal função do contador era preencher e guardar livros, ao passo que hoje em dia a contabilidade é a principal linguagem no mundo dos negócios, podendo ser uma grande ferramenta para o gerenciamento, controle e tomada de decisões.

Dessa forma a contabilidade precisa estar atualizada para satisfazer as reais necessidades de seus usuários. Ressalta-se, porém que com toda atualização que se faz necessária, existem diferenças contábeis de um país para outro que acabam dificultando as transações típicas de um mundo globalizado, com isso o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no ano de 2009 aprovou a resolução que tornou convergente as normas do IFRS para serem utilizadas pelas pequenas e médias empresas brasileiras e assim harmonizando os padrões contábeis mundiais, um processo que busca a conciliação dos sistemas contábeis dos diversos países de modo que a compatibilização entre suas demonstrações seja facilitada.

PROBLEMA

Com o passar dos anos, a contabilidade passou a ganhar grande destaque, principalmente para a tomada de decisões nas grandes empresas. Com o advento da globalização houve grande necessidade de padronização das normas contábeis e as pequenas e médias empresas não podiam ser deixadas de lado, pois no seu conjunto contribuem para a economia do país, com forte acentuação na mão de obra empregada no mercado brasileiro.

Para que tudo isso ocorra em conformidade é necessário uma capacitação dos profissionais de contabilidade e com este trabalho, serão vistos, identificados, os procedimentos adotados nos principais escritórios de contabilidade da cidade de Curitiba

Ainda não existem muitos estudos e muitas fontes de pesquisas que demonstrem como devem ser feitas as adequações, procedimentos e tudo mais, tem-se apenas o Pronunciamento Técnico das PMEs.

Isso posto, a questão de pesquisa que orienta a presente investigação é a seguinte: Qual o impacto causado nos Escritórios de Contabilidade localizados em Curitiba, após a edição da Norma Técnica das PMEs – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas nos Escritórios de Contabilidade ?

OBJETIVOS:

Objetivo Geral:

O objetivo geral deste trabalho é analisar o impacto causado em escritórios de contabilidade localizados em Curitiba, após o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas nos Escritórios de Contabilidade na cidade de Curitiba (NBC TG 1000/2011).

Objetivos Específicos:

Para atingir o objetivo geral deste trabalho, foram adotados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Descrever as principais alterações contábeis após o pronunciamento técnico das PMEs;
- 2) Verificar se os profissionais contábeis estão preparados para adequar-se aos padrões internacionais;
- 3) Verificar a importância dos profissionais se atualizarem;
- 4) Pesquisar quais os impactos causados pelas novas normas.

JUSTIFICATIVA

A importância do trabalho justifica-se em demonstrar como os escritórios de contabilidade localizados na cidade de Curitiba estão reagindo ao pronunciamento técnico PME, pois é um assunto considerado recente, ao mesmo tempo que é necessário buscar informações que apontem como tais informações estão sendo absorvidas pelos profissionais da área contábil, principalmente os escritórios de contabilidade, que trabalham grande parte do tempo com pequenas e médias empresas. É preciso destacar, que sempre há necessidade de se estar atualizado e se preparando para as mudanças normativas.

As pequenas e médias empresas sofrem com as altas cargas tributárias e geralmente tem problemas de organização, muitas vezes os profissionais não tem a capacitação ideal para desempenhar tais funções, o mercado está cada vez mais competitivo e exigente, isso obriga o profissional a buscar sua atualização.

Ainda que a Norma das PMEs seja recente ela é importante pela grande quantidade existente dessas organizações e a tendência com a globalização é que esse número de empresas aumente cada vez mais. Com isso, a padronização pode facilitar as transações, que com o passar dos anos ficam mais complexas, principalmente, com as empresas que participam do mercado interno, importando produtos, ou ainda, voltadas para o mercado externo, exportando seus produtos.

Com a aplicação e observação da NBT TG 1000/2011, espera-se que em pouco tempo todos os profissionais estejam por dentro do assunto, motivando e esclarecendo sua clientela quanto aos benefícios que eles terão com essas novas exigências, principalmente, quanto à transparência das informações contábeis, usuários das informações, que internamente quanto externamente, colocando a empresa em lugar de destaque no mercado em que atua.

NBC TG 1000

A NBC TG foi criada pela Resolução nº 1.255/2009 – que trata da escrituração para as Pequenas Empresas, ela descreve sobre os principais objetivos das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas e as qualidades que tornam úteis as informações nas demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TG 1000:

“O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.”,

O principal objetivo dessa Resolução é a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade).

Para que se enquadre a essa Norma e possa ser considerada Pequena e Média Empresa é necessário faturamento acima de 3.600 milhões reais – até o ativo de 240 milhões ou faturamento anual de 300 milhões. Esta norma, contempla todas as demonstrações: BP, DRE, DMPL, DVA, DFC e DRA (se for o caso).

ITG 1000

A ITG 1000 foi aprovada pela Resolução CFC No. 1.418/12, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 05 de dezembro de 2012. Sua contribuição atinge milhares de entidades de vários setores da economia, visando a simplificação da escrituração e da geração de demonstrativos contábeis, levando em consideração a realidade quanto ao porte, volume de negócios e de transações realizadas por esse conjunto de entidades.

Com a edição da Norma, ficou instituído que com a sua adoção, as empresas seriam obrigadas a escriturar sua contabilidade a partir do dia 1º de janeiro de 2010, com foco nas microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentaram receita bruta no ano anterior igual ou inferior aos limites definidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar no. 123/06. . A ITG

1000 tem como objetivo desobrigar as Pequenas e Médias Empresas a adoção da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 1000 - Contabilidade para PMEs (equivalente à norma IFRS para PME).

CONTABILIDADE NO BRASIL

De acordo com Niyama (2005), até a década de 70, a ciência contábil de maneira geral foi marcada pela forte influência fiscal. Essa foi uma época em que a contabilidade era voltada a escrituração contábil, para atender somente os interesses do fisco, sem se preocupar com a contabilidade gerencial, para a tomada de decisões. Dessa forma não se valorizava o profissional contábil, os empresários não se importavam com a contabilidade para a tomada de decisões.

Com a evolução dos órgãos regulamentadores de classe no Brasil, ainda existe uma forte influência governamental sobre determinados aspectos da contabilidade brasileira. Para Reis (2007), o Brasil ainda apresenta estruturas gerais de organização mais regulamentadas, com forte interferência da legislação tributária na Contabilidade.

O CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis foi criado em 2005, pela Resolução nº. 1.055/05 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, contando com o apoio de seis entidades: Associação Brasileira das companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de capitais (APIMEC NACIONAL), BM&F-BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI).

O principal objetivo do CPC é o estudo e emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações deste caráter. Com isso este órgão foi centralizado para adaptar a contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

De acordo com Santos (2008):

“o processo de equiparação das normas brasileiras às normas internacionais teve grande evolução com a edição da Lei 11.638/07, cujo artigo 177 previa a segregação da escrituração mercantil da escrituração fiscal, para minimizar as interferências do fisco na elaboração das demonstrações financeiras.”

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As Normas Internacionais de Contabilidade também conhecidas como IFRS (*International Financial Reporting Standards*), são um conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais que tem como objetivo principal, harmonizar as demonstrações contábeis consolidadas publicadas pelas empresas.

Iudícibus (2010, p. 26) informa que “com a adoção do CPC PME, fica facilitada, enormemente, o estudo e a análise por parte dos profissionais de contabilidade com relação às normas internacionais” com isso basta apenas conhecer tal pronunciamento.

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Não existe uma definição exata para pequena e média empresa desta maneira a definição mais usual é pelo número de empregados, de acordo com o Sebrae, para Resnik (1990), “não existe nenhuma boa definição de pequena empresa. Pequenas empresas são aquelas que o proprietário controla pessoalmente, enquanto o tamanho ainda não ditou uma estrutura administrativa substancialmente descentralizada”, já Gonçalves (1995) diz que “as pequenas empresas são definidas como aquelas dirigidas pelos seus próprios donos, afinal eles assumem o risco do negócio, por não estarem vinculadas a outras grandes empresas ou grupos financeiros”.

O CPC, na Seção I, item 3.1, define o termo PME - Pequenas e Médias Empresas como:

(...) as sociedades por ações fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis (...)

Segundo o referido órgão, não estão incluídos nesse conceito:

- a) as companhias abertas reguladas pela CVM;
- b) as sociedades de grande porte, definidas pela Lei nº 11.638/07 como as sociedades ou conjunto de sociedades sob controle comum, que, no exercício social anterior, apresentem ativo total superior a R\$240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$300 milhões; (iii) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados, e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador.

No que diz respeito à obrigatoriedade de publicação de demonstrações contábeis, o Pronunciamento informa que se a empresa for obrigada à prestação pública de contas e aplicar o CPC Pequenas e Médias Empresas em seus relatórios contábeis, estes não poderão ser descritos como se estivessem em conformidade com as Normas de Contabilidade para PME, mesmo que haja permissão ou exigibilidade legal do uso do Pronunciamento, estão estas empresas obrigadas a elaborar seus relatórios inúmeros relatórios contábeis de acordo com orientações do CPC PME as empresas que não tenham obrigação pública de prestação de contas, que não transacionem suas ações na bolsa de valores, independente de sua forma jurídica, podendo ser Limitada (Ltda.) ou Sociedade Anônima (S.A.).

Diante da legislação do código civil e considerando suas atribuições legais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a Resolução CFC nº 1.330/2011 (ITG 2000 – Escrituração Contábil), segundo a qual o objetivo é estabelecer:

“critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade.”

Antes da edição do CPC PME, Fearnley e Hines (2007) “alegaram que o modelo da contabilidade para as empresas limitava sua relevância para as entidades não cotadas em bolsa, cujas ações não são negociadas publicamente. Para Shearer (2005 *apud* Fearnley e Hines 2007), os IFRS foram descaradamente escritos para atender às necessidades dos usuários dos mercados de capitais mundiais, argumentando que uma solução diferente seria necessária para as PME”.

Para Tweedie (2011), A norma IFRS para PME pode ser aplicada para algo em torno de noventa e cinco por cento das empresas, em todo o mundo, considerando-a um grande avanço.

Pacter (2010):

”a norma específica para Pequenas e Medias Empresas é menos complexa que o conjunto completo e também que várias normas locais, tendo sido redigida numa linguagem clara e de fácil compreensão. Essa simplificação refere-se ao fato de que houve omissão de determinados tópicos julgados irrelevantes para as PMEs, limitando as políticas contábeis ao contexto em que estão inseridas, além de reduzir as informações a serem divulgadas.”

Essa maneira simples no entanto, é questionada por grande parte dos profissionais da área contábil, que apresentam resistência a novas mudanças em sua maioria, pois as grandes empresas estão cada vez mais exigentes com o empenho e dedicação de seus colaboradores, pelo conjunto completo de Normas, ocorrendo apenas uma simplificação em determinados aspectos (SCHNEIDER, 2010).

Segundo Korps (2011), apesar do esforço empreendido pelos IFRS, a fim de enriquecer a qualidade da informação contábil e assim refletir a realidade econômica da companhia, sua aplicação prática está sujeita a

interpretações subjetivas, dificultando, desse modo, a comparabilidade entre as empresas.

Lungu e Caraiani (2007), afirmam que “embora os IFRS para PME venham simplificar muitos problemas, a forma como estão sendo impostos de cima para baixo - pode enfrentar barreiras durante sua aplicação.”

Em um estudo desenvolvido em um país da União Europeia, sobre o grande processo de adoção dos IFRS para PME, Mandilaset *al.* (2010) concluíram que:

“apesar de o estabelecimento de princípios de contabilidade comum proporcionar uma maior transparência entre as empresas e permitir a comparabilidade das demonstrações financeiras em nível internacional, sua aplicação por parte das PME não será uma tarefa simples. Segundo os autores, as diferentes necessidades que existem entre usuários de PME, o custo exigido para adotar e aplicar os IFRS e a deficiência de conhecimento são considerados alguns dos fatores que impedem o sucesso da adoção dos IFRS pelas PME naquele país. O estudo realizado indicou que 11% das empresas entrevistadas, apesar de acreditarem que a adoção dos IFRS e a existência de um sistema de contabilidade comum da União Europeia não lhes oferecerão muitos benefícios, entendem que poderão ser beneficiadas em função do aparecimento de novas oportunidades para expandir e aumentar os investimentos.

O cenário brasileiro não é muito diferente, os elevados custos de implantação, o nível de conhecimento dos profissionais, as diferentes necessidades dos usuários das PME e o fato de o país ter um código de leis forte, podem ser considerados como desvantagem ou até como empecilhos no processo que se inicia.

OBJETIVOS E APLICABILIDADE NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O principal objetivo das demonstrações financeiras em IFRS é dar informações sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários (investidores, empregados, fornecedores, clientes, instituições financeiras ou governamentais, agências de notação e público) em suas

tomadas de decisão (MARTINS,2010).

De acordo com o CPCPME as demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a posição patrimonial e financeira (balanço patrimonial), o desempenho (demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente) e os fluxos de caixa da entidade. A apresentação adequada exige a representação confiável dos efeitos das transações, outros eventos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas.

Presume-se que a aplicação deste Pronunciamento pelas entidades de pequeno e médio porte, com divulgação adicional quando necessária, resulte na adequada apresentação da posição financeira e patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade.

No caso da divulgação da demonstração do valor adicionado devem ser observadas as disposições constantes do Pronunciamento trata das Demonstrações do Valor Adicionado.

PRINCIPAIS MUDANÇAS GERADAS PELO CPC PME

Algumas mudanças ocorreram após a criação do CPC PME, com exceção das sociedades de capital aberto e das empresas limitadas de grande porte, os demais tipos de empresa não possuem uma específica legislação societária, portanto, regidas pelas determinações constantes no Código Civil Brasileiro, mais especificamente, no Título I e II, que tratam do Empresário e da Sociedade respectivamente. No capítulo IV, o código civil discorre sobre a Escrituração do Empresário e da Sociedade Empresária, determinando no art. 1.179, que estes:

(...) são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. (BRASIL, 2009)

No mesmo artigo do código civil, em seu segundo parágrafo, a lei dispensa o pequeno empresário de tais exigências, assegurando tratamento diferenciado e simplificado a este e ao empresário rural. No entanto, não há uma definição do que seja o pequeno empresário citado no referido dispositivo

legal. O Código Civil menciona, ainda, a obrigatoriedade do Livro Diário, Balancetes Diários e critérios de avaliação de alguns elementos patrimoniais.

As Empresas de Pequeno Porte sentem falta de uma legislação societária própria, que as atendesse em suas especificidades, pois a Lei 6.404/76, que trouxe determinações às Sociedades por ações, é apenas aplicável às demais sociedades. O RIR, Regulamento do Imposto de Renda, (Decreto nº 3.000/99) dispensa as microempresas e as de pequeno porte da escrituração comercial, exigindo apenas que se sejam mantidos o Livro Caixa, o Livro de Registro de Inventário e a documentação que serviu de base para essa escrituração, enquanto não decorrido o prazo decadencial.

A partir de 2010, o CFC por meio da lei federal nº 12.249/2010 passou a ser um órgão normativo e desde então passou a exigir a escrituração contábil de todas as empresas, inclusive as microempresas. Por sua vez, a legislação previdenciária também exige a escrituração contábil, a legislação trabalhista, a legislação de recuperação fiscal, etc.. A norma das PMEs é muito mais gerencial do que fiscal, pois tributariamente falando, a situação já está resolvida, paga-se o tributo pela receita, como no lucro presumido.

Assim, a contabilidade das pequenas e médias empresas está voltada, prioritariamente, para o atendimento tempestivo das exigências fiscais e tributárias, como, por exemplo, compreender a sistemática da Substituição Tributária, o Sistema Público de Escrituração Digital, a Nota Fiscal eletrônica e apuração dos impostos a serem pagos, entre outros.

A adequação ao CPC PME vai exigir uma mudança cultural e de postura de todos os profissionais contábeis, com relação ao tratamento hoje dado às informações contábeis. Os usuários das informações contábeis deverão se conscientizar das mudanças na área contábil para a tomada de decisões, Castro (2010),:

“o contador necessita de um conhecimento mais profundo e abrangente de toda a operação da empresa, ampliando o conhecimento estratégico das tecnologias da informação e o relacionamento com as demais áreas da empresa, em especial, a financeira e a relação com investidores.”

METODOLOGIA:

Na metodologia encontramos os procedimentos executados para o desenvolvimento da pesquisa detalhadamente, mostra o tipo da pesquisa, o rumo a ser seguido, de maneira geral encontra-se tudo o que se utilizou no trabalho de pesquisa.

No que se refere à metodologia: Corresponde ao estabelecimento das atividades práticas necessárias para a aquisição de dados com os quais se desenvolverão os raciocínios que resultarão em cada parte do trabalho final (MARTINS, 2005, p. 80).

Andrade (2003) afirma que a metodologia consiste em descrever os métodos utilizados para alcançar o conhecimento. Ainda cita que cada procedimento é planejado em função de cada um dos objetivos específicos estabelecidos, ou seja, pensa-se a coleta de dados para cada problema expresso na forma de objetivo específico, os quais convergirão para o objetivo geral.

Segundo Gil (1999), pode-se definir pesquisa como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. A pesquisa tem um caráter pragmático; é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados (BEUREN, 2003, p 81).

Diante do exposto, a presente pesquisa enquadra-se, com base em seus objetivos, como sendo pesquisa descritiva. Segundo Silva (2003), a pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. A coleta de dados nesse tipo de pesquisa possui técnicas padronizadas, como coleta e análise de dados, podendo ser demonstrado através de questionários e gráficos.

Com relação aos procedimentos técnicos utilizados a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e levantamento. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A Pesquisa-levantamento consiste, basicamente, na solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

A pesquisa bibliográfica utiliza-se principalmente das contribuições de vários autores sobre determinada temática de estudo. Resumidamente, a pesquisa bibliográfica é parte essencial para qualquer pesquisa, pois irá explicar o problema a partir de obras já publicadas de outros autores, sendo sua finalidade explicar por diversos ângulos de autores distintos um mesmo tema.

No que diz respeito a estudos contábeis, percebe-se que a pesquisa bibliográfica está sempre presente, seja como parte integrante de outro tipo de pesquisa ou exclusivamente enquanto delineamento. [...] podem ajudar o estudante a conhecer o que foi produzido de importante sobre o objeto da pesquisa (BEUREN, 2003, p. 87).

O instrumento empregado para o levantamento de dados junto aos escritórios de contabilidade de Curitiba foi um questionário (que consta no apêndice), com objetivo de levantar as percepções e informações dos serviços prestados às pequenas empresas. Foram escolhidos cinco escritórios de grande expressão na cidade de Curitiba, mesmo eles não mantendo o foco apenas nas empresas de pequeno porte, os mesmos com o devido registro no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná.

O questionário era composto por nove questões do tipo de múltipla escolha, onde o entrevistado teve a possibilidade de assinalar uma entre algumas alternativas de cada questão. O principal objetivo foi tentar buscar o quanto preparado estão os funcionários dos escritórios para a adequação as normas internacionais. A aplicação e coleta do questionário ocorreram entre junho e julho de 2013.

Foram 36 (trinta e seis) questionários respondidos, que trouxeram aopinião e a forma de aplicação e conhecimento referente à norma em questão. Foram entregues vários questionários, porém nem todos foram

respondidos, então a pesquisa não conseguiu atingir todo o seu público alvo, dentre os entrevistados estavam: contadores, assistentes e auxiliares, pois o foco da pesquisa era saber a opinião do máximo possível de funcionários que trabalham na área.

ESTUDO DE CASO

Foram 36 questionários respondidos para base da pesquisa, na primeira pergunta, questionou-se: “O escritório tem conhecimento da ITG 1000, aprovada pela Resolução nº 1.418/12 do CFC?” Por se tratar de um assunto recente a grande maioria dos entrevistados nunca ouviu falar, isso equivalente a 44,44%, 30,56% conhecem a ITG 1000 e o restante 25% já ouviram falar. (Figura 1)

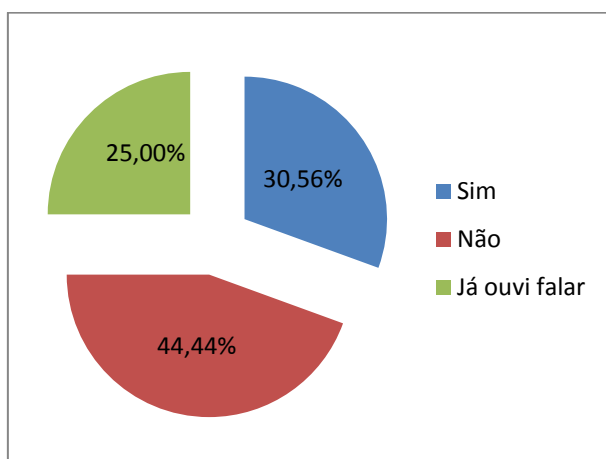


Figura 1 – Conhecimento ITG 1000

Na segunda questão, foi feita a seguinte pergunta: “Quantas empresas seriam atingidas pela adequação às normas internacionais de contabilidade?”. Nas respostas dadas, 55,56% dos entrevistados admitem que mais de 10 empresas seriam afetadas, 44,44% admitiram que menos de 10 empresas seriam afetadas. (Figura 2)

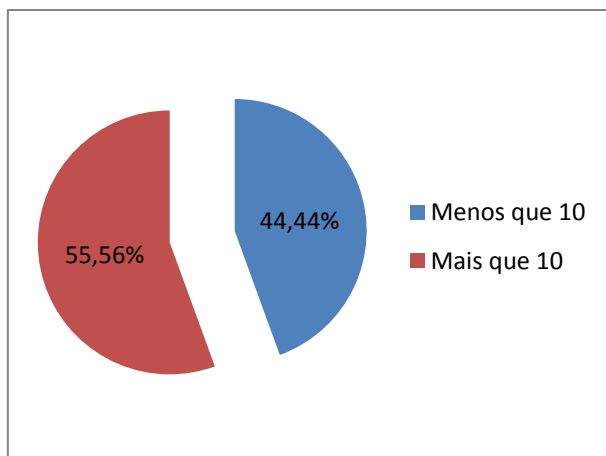


Figura 2 – Empresas afetadas

Na pergunta nº 03, temos o seguinte questionamento: “Qual sua opinião com relação à adequação às normas internacionais para as pequenas empresas?”. Como resposta, a maioria (44%) considera complexa a adequação; em segundo lugar 25% dos participantes acham muito importante a adequação, e 19% desconhecem os benefícios da adequação, isso se deve ao fato de ser assunto recente e pouco estudado; apenas 11% disseram que acreditam ser útil as adequações apenas em alguns casos. (Figura 3)

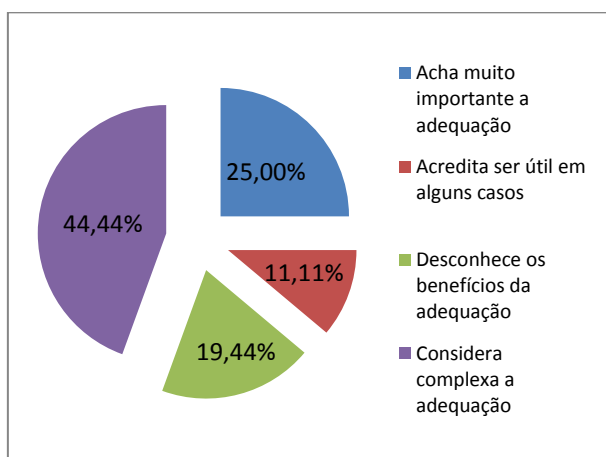


Figura 3 – Opinião com relação a adequação as normas internacionais.

A quarta questão questionou “se existe alguma dificuldade para adequação as normas internacionais de contabilidade”. Na opinião dos entrevistados, o resultado se mostrou meio contraditório se comparado às respostas das questões anteriores, pois a grande maioria 38%, dizem não haver nenhuma dificuldade em efetuar tal procedimento; 36% acreditam que a maior dificuldade

é a falta de conhecimento dos profissionais, por outro lado 25% dos entrevistados, dizem que a falta de tempo é o maior problema, pois isso se deve a grande demanda de serviços dos escritórios contábeis. (Figura 4)

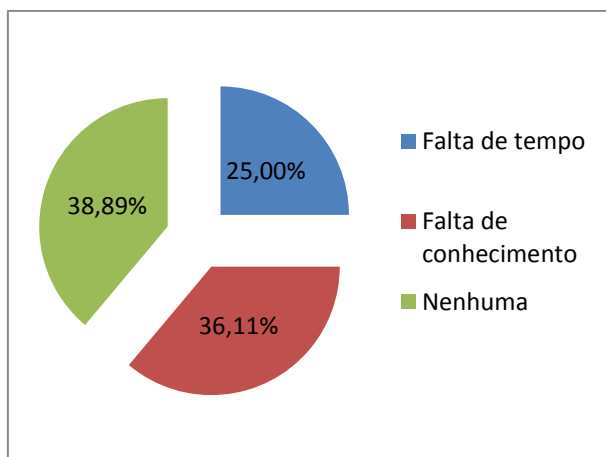


Figura 4 – Dificuldade para adequação

A pergunta nº 05 está direcionada para o profissional da contabilidade, assim expressa: “você procura se atualizar, tendo em vista que a contabilidade vive em constante mudança?”. As respostas dadas à pergunta merecem certo destaque, haja vista que 41% (maioria) dizem não se atualizarem, 38% dizem se atualizarem apenas quando necessário, e 19% afirmam estarem preocupados com as atualizações para desenvolverem um bom trabalho. (Figura 5)

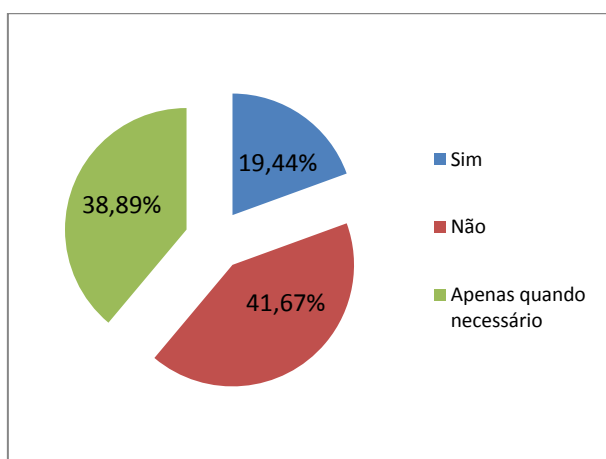


Figura 5 – Preocupação em se atualizar

A questão nº 06 tratou de perguntar se “os responsáveis pelo escritório tem preocupação com o nível de conhecimento de seus colaboradores”. As respostas apresentaram um resultado satisfatório, pois 38% dos entrevistados dizem que os responsáveis estão preocupados com o nível de conhecimento de seus funcionários; 36% dizem que os responsáveis apenas se importam quando surgem novos clientes, isso se deve ao fato de o tempo estar cada vez mais escasso, porém eles ainda se importam em preparar bem seus colaboradores a desempenharem um melhor trabalho. Apenas 25% dizem que os responsáveis não costumam facilitar preparação técnica de seus funcionários. (Figura 6)

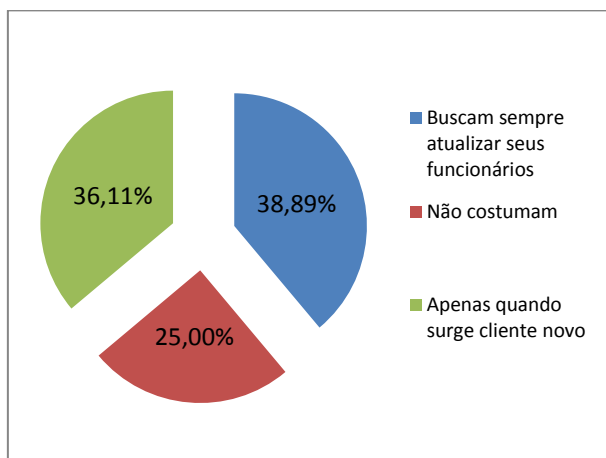


Figura 6 – Responsáveis se preocupam com o conhecimento dos empregados

Na pergunta nº 07 foi questionado “se uma empresa solicitar a apresentação imediata das demonstrações contábeis em conformidade com a resolução nº 1.418 do CFC, quanto tempo a empresa levaria para atendê-la”:

Nessa parte, 33% dos entrevistados dizem que precisam de dois meses ou mais para estudos, 19% dizem que necessitarão contratar um profissional qualificado para efetuar tais adequações, 16% dizem não ter previsão para apresentar tais adequações e ao mesmo tempo 16% dizem precisar de um mês para adequação das normas internacionais. Apenas 13% dizem estar aptos a apresentarem tais informações imediatamente.

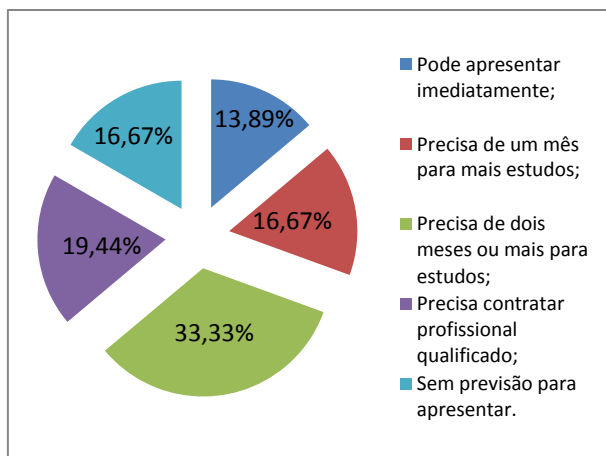


Figura 7 – Escritórios preparados para a adequação

A questão nº 08 fez a seguinte indagação: “você acha que uma reformulação nas normas contábeis pode valorizar o profissional contábil?”. Nas respostas dadas, 44% dizem que vai depender do profissional estar atualizado ou não; 30% já são mais convictos em acreditar que o profissional será cada vez mais valorizado e 25% acham que não, pois o cliente se importa apenas com os clientes.

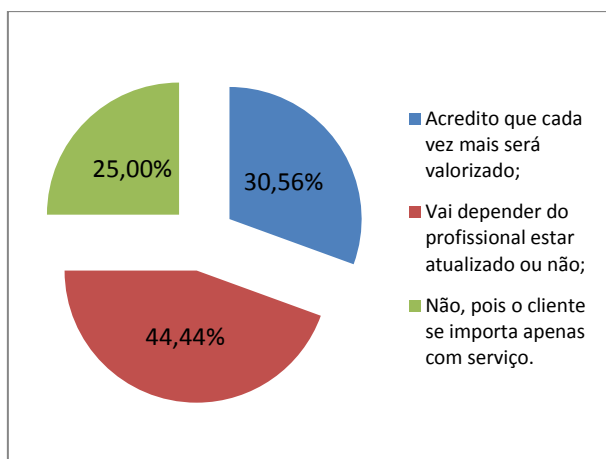


Figura 8 – Valorização do profissional através das normas

A última questão da entrevista perguntou: “o escritório adotaria a adequação as normas internacionais de contabilidade quando:

- ▶ o cliente solicitar tal alteração;
- ▶ for exigido por lei; ou
- ▶ assim que for fiscalizado.

As respostas dadas indicam que 44% acreditam que assim que o cliente solicitar tal adequação o escritório estará preparado a atendê-lo; 30% dos entrevistados dizem que apenas irão se adequar quando for exigido por lei, e 25% dos entrevistados admitem que só irão se adequar quando forem fiscalizados por algum órgão regulamentador. (Figura 9)

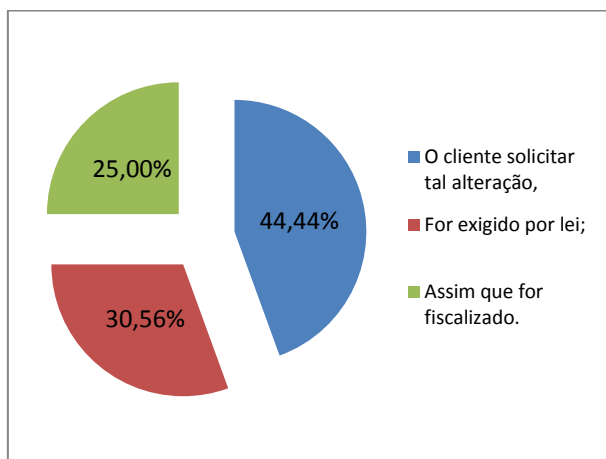


Figura 9 – Prazo para adoção das normas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral a população entrevistada não foi a ideal, tendo em vista que existem muitos escritórios de contabilidade na cidade de Curitiba, muitos profissionais autônomos, pois existem cada vez mais empresas de pequeno e médio porte, desta forma ainda há muito o que ser estudado sobre o assunto, pois a tendência é que mais trabalhos, livros, artigos e pesquisas sobre o referido assunto apareçam nos próximos anos, a pesquisa mostrou que a maioria dos entrevistados não conhece o assunto, o número de empresas atingidas de imediato, segundo os entrevistados seria grande.

Foi observado que ainda é visto como algo novo, desta forma torna-se uma barreira para muito, tendo em vista que a grande maioria das pessoas, de maneira geral são resistente a novas mudanças, mesmo assim dos que que conhecem ou já ouviram falar sobre o assunto, obtive um resultado satisfatório, a maioria destes que já conheciam acharam que a adequação a ITG 1000/11 é muito importante em seus escritórios. A pesquisa nos mostrou que mesmo

muitos ainda não sabendo muito sobre o assunto, a maioria disse estar preparado para a adequação a ITG 1.000, isso é muito importante, pois mostra que os profissionais do ramo de contabilidade estão preocupados com as atualizações e acima de tudo em desempenhar um bom trabalho para seus clientes, um dos principais fatores que tendem a isso é o fato dos responsáveis pelos escritórios estarem preocupados com o nível de atualização de seus colaboradores. Um dos fatos mais importantes levantados nesta pesquisa foi a relação do profissional se preocupar em estar atualizado, independente das mudanças, de maneira geral isso foi bom, mostrou que a grande maioria se preocupa muito com isso e está disposto a se atualizar, pois sabemos que com a globalização e as constantes mudanças o mercado torna se cada vez mais exigente e disputado, vai depender do profissional estar preparado ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

IUDICIBUS, S. et al. **Manual de Contabilidade Societária – Aplicável a Todas as Sociedades**, São Paulo: Atlas, 2010.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

VAN F. Micheal. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade internacional**. 5. reimpressão, São Paulo: Atlas, 2008.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T.. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

BARROS, R. **Pequena e média empresa e política econômica: um desafio à mudança**. Rio de Janeiro: Apec, 1978.

MARTINS, R. B. **Metodologia científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Juruá, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.417/12. Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Disponível em:
http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/01418>. Acesso em: 01 abr. 2013

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade internacional para graduação** Texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

APENDICE:

- 1) O escritório tem conhecimento da ITG 1000, aprovada pela resolução N° 1.418/12 do CFC?
 - () Sim
 - () Não
 - () Já ouvi falar
- 2) Quantas empresas seriam atingidas pela adequação as normas internacionais de contabilidade?
 - () menos que 10
 - () mais que 10
- 3) Qual a sua opinião com relação à adequação às normas internacionais para pequenas empresas:
 - () acha muito importante a adequação
 - () acredita ser útil em alguns casos
 - () desconhece os benefícios da adequação
 - () considera complexa a adequação
- 4) Existe alguma dificuldade para adequação as normas internacionais de contabilidade?
 - () Falta de tempo
 - () Falta de conhecimento
 - () Nenhuma
- 5) Você procura se atualizar, tendo em vista que a contabilidade vive em constante mudança,
 - () Sim
 - () Não
 - () Apenas quando necessário
- 6) Os responsáveis pelo escritório tem preocupação com o nível de conhecimento de seus colaboradores?
 - () Buscam sempre atualizar seus funcionários
 - () Não costumam
 - () Apenas quando surge cliente novo
- 7) Se uma empresa solicitar a apresentação imediata das demonstrações contábeis em conformidade com resolução 1.418 do CFC o escritório:

- pode apresentar imediatamente;
 - precisa de um mês para mais estudos;
 - precisa de dois meses ou mais para estudos;
 - precisa contratar profissional qualificado;
 - sem previsão para apresentar.
- 8) Você acha que uma reformulação nas normas contábeis pode valorizar o profissional contábil?
- acredito que cada vez mais será valorizado;
 - vai depender do profissional estar atualizado ou não;
 - não, pois o cliente se importa apenas com serviço.
- 9) O escritório adotaria a adequação as normas internacionais de contabilidade quando:
- o cliente solicitar tal alteração,
 - for exigido por lei;
 - assim que for fiscalizado.